

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS LITERÁRIOS E ENFRENTAMENTO DO REAL

Karine Rios de OLIVEIRA
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
E-mail: karinerios@hotmail.com
Thiago André Rodrigues LEITE
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
E-mail: thiago_fucamp@hotmail.com

Resumo: O ensino da Língua Portuguesa, em suas vertentes de leitura e interpretação, pode permitir, através da Literatura, a problematização de pontos de deriva possíveis, mostrando que não há uma interpretação definitiva, pois, conforme apregoa Pêcheux, todo enunciado é suscetível de vir a ser outro. Isso se dá porque há, por exemplo, real da língua, de modo que um texto se fecha textualmente, mas nunca discursivamente. Diante disso, o estudo da Literatura vinculado ao ensino da Língua Portuguesa mostra-se um campo profícuo à análise dessa abertura a diferentes sentidos possíveis, abertura essa que deve levar o professor a preocupar-se com o modo como se portar frente à impossibilidade de uma interpretação única para, por exemplo, textos literários. Dessa maneira, para exemplificarmos essa impossibilidade, objetivamos analisar um poema de Gregório de Matos e um poema de Álvares de Azevedo, partindo do pressuposto de que há real da língua. Portanto, como há real da língua, a interpretação permanece em aberto. Entretanto, entendemos que, em cada poema, parece haver efeitos de sentido esperados em detrimento de outros, dada a própria materialidade linguística, a qual impõe certos limites. Todavia, sentidos outros podem advir, posto que há subjetividade envolvida na interpretação.

Palavras-chave: Literatura; interpretação; real; subjetividade; sentidos.

1. Introdução

Em história, em sociologia e mesmo nos estudos literários, aparece cada vez mais explicitamente a preocupação de se colocar em posição de entender esse discurso, a maior parte das vezes silencioso, da urgência às voltas com os mecanismos de sobrevivência; trata-se para além das leituras dos Grandes Textos (da Ciência, do Direito, do Estado), de se pôr na *escuta das circulações cotidianas*, tomadas no ordinário do sentido (grifos nossos) (PÊCHEUX, 2008, p. 48).

Embora haja sentidos estabilizados/cristalizados em torno de textos literários – assim como em qualquer outro texto –, o professor, ao levar tais textos para a sala de aula e abrir para ouvir interpretações dos alunos, o que pode ser uma forma de “escuta das circulações cotidianas”, promove abertura para que sentidos outros advenham, sendo esses sentidos produzidos “[n]os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como *tomadas de posição*” (grifos nossos) (PÊCHEUX, 2008, p. 57), ou seja, uma responsabilidade que o sujeito assume ao interpretar. Assim, o ensino da Língua Portuguesa, em suas vertentes de leitura e interpretação, pode permitir a problematização de pontos de deriva possíveis. Essa problematização pode ser bastante profícuo para o trabalho com textos literários em sala de aula, já que não há uma interpretação definitiva e, nesse sentido, pode haver a emergência de subjetividade. O fato de a interpretação ser aberta remete-nos à afirmação de Pêcheux (2008, p. 53) de que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro”, porque há, por exemplo, real da língua, de modo que um texto se fecha textualmente, mas nunca discursivamente.

O real da língua, o qual existe operando e produzindo efeitos, faz com que a língua, como regra, permita que haja o diferente, ou seja, a língua, como um princípio de ordenação, porta em seu bojo a possibilidade de subversão, entendendo aqui subversão como efeitos de sentido em decorrência de uma interpretação possível, podendo ela ser um rompimento com uma regularidade. Esse rompimento pode ser uma abertura para se pensar no funcionamento do real da língua e, também, na emergência de subjetividade.

Diante disso, o estudo da Literatura vinculado ao ensino da Língua Portuguesa pode mostrar-se um campo produtivo para pensar na emergência de subjetividade, considerando tal emergência manifestada via diferentes sentidos possíveis. Desse modo, entendemos que o professor deve preocupar-se com o modo como se portar frente à impossibilidade de uma interpretação única para, por exemplo, textos literários, pois, como há real da língua, a interpretação permanece em aberto. Para exemplificarmos essa impossibilidade, objetivamos analisar um poema de Gregório de Matos e um poema de Álvares de Azevedo, de modo a tentarmos mostrar o fato de que há sempre real da língua e de que também é sempre possível que o locutor, via atos de interpretação, se proponha como sujeito. Entretanto, entendemos que, em cada poema, parece haver efeitos de sentido esperados em detrimento de outros, dada a própria questão da materialidade linguística, a qual aponta para a ideia de que não é permitida toda e qualquer interpretação, já que a própria relação entre os *termos*¹ impõe limite. Para emprendermos essa análise de interpretações possíveis acerca dos referidos poemas, procurando compreender a relação entre real da língua e subjetividade, pautar-nos-emos em Pêcheux (2008), Benveniste (2005), dentre outros.

2. Conceito(s) de Literatura e jogo com a e na língua: alguns comentários

Williams (1979) diz que a palavra Literatura começou a ser empregada em língua inglesa, no século XIV, mas já havendo ocorrido anteriormente nas línguas francesa e latina. A Literatura era considerada como sinônima de leitura, sendo que a palavra latina *littera*, que deu origem à palavra “literatura”, era uma letra do alfabeto. “A literatura era então uma situação de leitura: ser capaz de ler e de ter lido” (WILLIAMS, 1979, p. 52). Nesse sentido, mesmo no século XVIII, a Literatura estava ainda associada à realização educacional (capacidade e experiência de leituras), a qual teve como suporte todo e qualquer livro impresso para que essa realização acontecesse. Entretanto, a Literatura, sobretudo nos séculos XVIII e XIX, foi dissociada de leitura e associada somente a certas obras impressas, havendo, segundo esse autor, três tendências: a primeira relacionada ao gosto ou à sensibilidade para avaliação literária; a segunda relacionada a obras criativas ou imaginativas; e, por fim, a terceira relacionada ao conceito de tradição associado à definição de literatura nacional, da qual se tinham indícios desde o Renascimento. “A ‘literatura nacional’ deixou logo de ser uma história e se tornou uma tradição. Não foi, nem mesmo teoricamente, tudo o que havia sido escrito ou todos os tipos de escrita” (WILLIAMS, 1979, p. 57). A Literatura, conforme abordado por esse autor, abarcou em seu campo aquilo que poderia ser considerado como beleza e vitalidade da linguagem. Assim, a Literatura foi, “ironicamente, contra grande parte da própria literatura – ‘má escrita, escrita ‘popular’, ‘cultura de massa’. (...) Nem toda ‘ficção’ era ‘imaginativa’; *nem toda ‘literatura’ era ‘Literatura’*” (grifos nossos) (WILLIAMS, 1979, p. 56). Nesse sentido, compreendemos que o conceito de Literatura estava exercendo certo autoritarismo, pois a escrita em linguagem ordinária não era Literatura. No entanto, lembramos que esse tipo de linguagem, em outros momentos da história (brasileira e acreditamos que mundialmente também), permeou (e permeia) o conceito de Literatura, o que não quer dizer que “tudo” que é escrito ou falado seja Literatura, visto que, por exemplo, “a

¹ Neste texto, não procuramos distinguir *termo*, *palavra* e *vocábulo*; apenas os tomamos como sinônimos, podendo ser semelhantemente associados à noção saussuriana de signo linguístico.

novidade teórica crucial é o reconhecimento da ‘literatura’ como uma categoria social e histórica especializada” (WILLIAMS, 1979, p. 58).

Nessa perspectiva, pensamos, assim como o fez Williams (1979, p. 51), que a Literatura “é o processo e o resultado da composição formal dentro das propriedades sociais e formais de uma língua”. Considerando a Literatura como esse processo e esse resultado, entendemos que ela não diz respeito à transgressão da regra da língua, mas sim está para a ordem daquilo que a língua prevê como possibilidade.

É preciso então conceber a regra como comportando em seu próprio princípio um espaço de jogo: jogo, no sentido de um jogo de criança ou sociedade, mas também pode ser de um jogo de um músculo ou mecanismo. (...) *Esse espaço de jogo não é ele mesmo o produto de uma regra, mas uma dimensão de cada regra*: a abertura no funcionamento geral da língua, também na aprendizagem da língua pela criança, no uso cotidiano de todo locutor desde quando ele fala e no uso da língua para fins literários ou políticos (grifos nossos) (GADET, 1981, p. 124).²

Essa citação aponta para a ideia de que a regra permite o jogo, ou seja, o jogo está relacionado ao próprio funcionamento da regra, se dá a partir de suas possibilidades, de modo que o jogo está na dimensão da regra e não fora dela. Por isso, a noção de desestabilização, muito presente em textos literários, vem a partir das regras do sistema. Isso remete à importância de não associarmos a Literatura à violação à língua, pois isso seria estar sendo contra as regras do jogo, mas sim um rompimento com certa regularidade do que está socialmente cristalizado. Desse modo, falar em tal violação seria apontar para a possibilidade de estar fora da língua, reforçando o imaginário de que ela é completa, unitária. A partir dessa compreensão, a noção de violação estaria ameaçando a estabilidade da língua, mas a violação é algo permitido internamente pelo próprio sistema linguístico. Assim, a nosso ver, a Literatura é um espaço possível para o jogo com a e na língua, lembrando que tal jogo se dá porque se está na língua.

Esse jogo será priorizado em nossa análise levando-se em conta a relação das palavras na sintaxe e não propriamente a criação de um novo significante. Isso porque os pontos de deriva possíveis, resultantes do funcionamento do real da língua, não ocorrem somente naqueles pontos em que houve a emergência de uma criação linguística relacionada a um novo significante, mas em todo e qualquer ponto da língua.

Nessa perspectiva dos pontos de deriva possíveis, compreendemos que eles podem se dar a partir de não-ditos. Desse modo, segundo Pêcheux (2008, p. 44), há relações “entre o que é dito aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro jeito, com o que é dito em outro lugar e de outro modo, a fim de se colocar em posição de ‘entender’ a presença de não-ditos no interior do que é dito”. Essa questão de não-ditos abre para a possibilidade de relação entre poemas de época diferentes, inclusive abre também para a possibilidade de outras leituras quando lidos/interpretados em outro lugar, como, por exemplo, na sala de aula, podendo haver, dependendo do modo como ocorre a interpretação por parte do professor ou dos alunos, a emergência de subjetividade nas brechas do que o real da língua permite.

3. Real da língua e subjetividade: algumas relações

A subjetividade pode abrir para caminhos ainda não percorridos em um determinado texto em termos de interpretação. É por isso que os pontos de deriva podem não coincidir de um para outro. Dessa maneira, o professor, ao lidar com as possibilidades de interpretação,

² As citações que aqui fazemos dessa autora são traduções nossas.

realizaria o enfrentamento do real da língua, porque tal real indica a não essência da língua, a qual não diz e não permite que se diga tudo. Assim, ela não dá conta de tudo, ou seja, é a impossibilidade de tudo poder dizer, de modo que sempre vai haver restos, os quais não são recobertos pela língua. Portanto, há efeitos de sentido, os quais decorrem dos pontos de deriva causados pelo real da língua. É porque há real da língua que pontos de deriva são possíveis. Tal real é permitido, por exemplo, devido ao fato de a língua não ser nomenclatura, isto é, um mesmo termo, por exemplo, pode dar margem a certo “preenchimento do vazio”, diferentemente para um locutor e para outro, ou seja, aquilo que se apresenta como pontos de deriva para um locutor e não para outro se difere porque há subjetividade, isto é, é em função dela que vão se constituir os pontos de deriva. Isso dá indícios para dizer que a língua é opaca. Logo, a materialidade linguística, como um fragmento da língua, também o é.

Nessa perspectiva da opacidade, compreendemos que os pontos de deriva possíveis apontados pelo locutor deixam entrever o furo causado pelo real da língua. Por isso, a importância e “a necessidade de trabalhar no ponto em que cessa a consistência da representação lógica inscrita no espaço dos ‘mundos normais’” (PÊCHEUX, 2008, p. 51). Isso quer dizer que, no trabalho com a interpretação de textos literários, uma das maneiras de fazer a abordagem de sua materialidade linguística pode ser pela via do regular, do cristalizado, mas também sobre o ponto “em que cessa a consistência da representação lógica”, o que significa, a nosso ver, a possibilidade de trabalhar sobre o furo, (re)produzindo sentidos, semelhantes ou distintos daqueles “dos ‘mundos normais’”, sendo isso possível porque há, na língua, segundo Pêcheux (2008, p. 51), o espaço

da manipulação de *significações estabilizadas*, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de *transformações do sentido*, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações (grifos nossos).

Em relação às “significações estabilizadas”, pensamos, assim como Benveniste, no fato de que, “para que a palavra assegure a ‘comunicação’, é preciso que esteja habilitada a isso pela linguagem, da qual é apenas a atualização” (BENVENISTE, 2005, p. 285). Entretanto, assim como há a comunicação, há a não-comunicação, já que há sujeito em jogo. Também, por isso, por haver subjetividade, as “transformações do sentido” podem escapar às normas estabelecidas, havendo ou não comunicação.

A “subjetividade” de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como sujeito. (...) Essa “subjetividade” (...) não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É “ego” que *diz ego*. Encontramos aí o fundamento da “subjetividade” que se determina pelo *status* lingüístico da “pessoa” (grifos do autor) (BENVENISTE, 2005, p. 286).

Entendemos, conforme Benveniste, que a subjetividade é “uma propriedade fundamental da linguagem” porque a própria linguagem fornece os lugares para que a subjetividade possa acontecer. Quando o locutor mobiliza o sistema, apropria-se da língua, enuncia e se enuncia, diz de si ao enunciar, está ocorrendo que essa propriedade, prevista pela linguagem, passa a emergir no ser e refletir-se no uso da língua, de modo que isso nos permite pensar que a língua fornece os espaços para que haja emergência de subjetividade, mas tal não vai se dar a todo momento, exatamente porque quem a instaura ou não, quem faz com que ela apareça ou não é o locutor.

A subjetividade resulta, a nosso ver, de uma atitude/postura do locutor ao mobilizar a língua, ou seja, ao colocá-la em funcionamento, isso porque a própria língua dispõe de “lugares” onde pode haver a emergência de subjetividade, pois, segundo Benveniste (2005, p. 288), “a linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor *apropriar-se* da língua toda designando-se como *eu*” (grifos do autor) (BENVENISTE, 2005, p. 288), ou seja, a linguagem permite ao locutor lugares na língua onde ele possa se subjetivar, de modo que, por exemplo, designar-se como “eu” pode abrir para a emergência de subjetividade.

Se, conforme Benveniste, a subjetividade é a “capacidade do locutor propor-se como sujeito”, compreendemos que isso não significa que a subjetividade se restrinja aos pronomes pessoais, mas sim que ela se relaciona mais diretamente ao fato de o locutor “*propor-se como sujeito*”, o que pode vir a ocorrer para além dos pronomes, podendo ser visualizada, por exemplo, no funcionamento dos verbos. Benveniste (2005, p. 291) afirma que “quando incluo no meu discurso *je suppose, je présume*, implico o fato de que tomo certa atitude quanto ao enunciado que se segue” (grifos do autor), apontando para o fato de que *Je suppose* e *Je présume* são exemplos de formas verbais pessoais que estão para a ordem da subjetividade exatamente por corresponderem a uma atitude do locutor. Tais formas verbais caracterizam, segundo Benveniste (2005, p. 291), “a atitude do locutor em face do enunciado que profere”.

Sob o nosso ponto de vista, essa atitude do locutor manifesta-se no exercício da língua, o que nos leva a pensar que, se, segundo Benveniste (2005, p. 288), “o fundamento da subjetividade está no exercício da língua” (BENVENISTE, 2005, p. 288), então a emergência de subjetividade pode ocorrer também no ato interpretativo, que também seria, conforme compreendemos, um exercício da língua, de mobilização do sistema linguístico ao interpretar. Portanto, considerando que a língua é passível de atualização pelo locutor e que, nessa atualização, ele pode se propor como sujeito, entendemos que o mesmo pode se dar via interpretação, ou seja, a capacidade de se propor como sujeito pode remeter-se também à tomada de posição pelo locutor ao propor uma dada interpretação. Assim, a emergência de subjetividade pode estar em assumir uma postura na interpretação e responsabilizar-se por essa postura.

4. Professor e alunos: embates no enfrentamento do real da língua

Consideramos pertinente dizer que o professor não consegue prever como um determinado texto poderá produzir efeitos de sentido nos alunos, já que há subjetividade em jogo. Assim, ao levar um determinado texto literário para a sala de aula, ele deveria *direcionar efeitos de sentido*³ na interpretação, de modo a não fechá-la, procurando ajudar os alunos a construir sentidos possíveis⁴. Por exemplo: se há, no texto literário a ser trabalhado, o vocábulo “flor”, é importante que o professor reflita juntamente com os alunos sobre efeitos de sentido que esse vocábulo pode produzir na relação com outros vocábulos do texto, ou seja, na materialidade linguística em questão, já que, embora muitas vezes se fale em liberdade e limite na escrita, conforme afirma Gadet (1981, p. 118), pensando “a relação entre a oposição palavra/frase e a oposição liberdade/limite”, não é só na palavra que há certa liberdade, mas também na própria sintaxe, embora seja uma tendência pensar que a criatividade está para a ordem da palavra, ao passo que a rigidez está para a ordem da sintaxe.

³ Entendemos que esse *direcionar de sentidos* se dá a despeito da escolha/vontade e postura do professor, pois, como há subjetividade implicada, ele está, a nosso ver, direcionando sentidos, por exemplo, no ato mesmo em que escolhe/seleciona um texto em detrimento de outros, quando faz uma leitura entusiasmada de um texto, realçando certos termos ou expressões e não outros, quando fala do próprio autor do texto, da época desse autor, dentre outros.

⁴ A questão da possibilidade de sentidos outros advirem na interpretação não ocorre, a nosso ver, apenas nos textos literários, mas em toda e qualquer manifestação de linguagem.

Opondo-se a essa concepção, Gadet (1981, p. 124) afirma que “a relação entre liberdade e limite existe, mas ela não se joga entre dois níveis linguísticos [palavra e frase]: ela está na própria ideia de jogo, entre o sistema da língua e o jogo que ela permite”. Além disso, a autora diz que “a maior parte dos fenômenos considerados como exemplos de criatividade no plano lexical se apóiam sobre a sintaxe” (GADET, 1981, p. 118), isto é, o léxico não se desvincula da sintaxe. Ao levar isso em conta, o professor não estará interpretando para os alunos, mas mostrando possibilidades interpretativas talvez não visualizadas por eles. Entretanto, os alunos também podem mostrar outras possibilidades não vislumbradas pelo professor. Essas questões mostram, a nosso ver, um enfrentamento do real.

Além disso, o professor, lidando com textos de épocas diferentes de sua época e/ou da época dos alunos, também estaria realizando esse enfrentamento do real ao mobilizar ou permitir que os alunos mobilizem questões da atualidade para interpretação dos textos, o que seria trabalhar paralelamente com efeitos de sentido cristalizados no contexto sócio-histórico do autor e com outros efeitos de sentido possíveis no contexto sócio-histórico dos alunos, promovendo um batimento de interpretações.

Considerando-se essas questões sobre o enfrentamento do real, é oportuno dizer que, por mais que o professor queira imprimir um único efeito de sentido a um texto, o signo linguístico, conforme Saussure (2006), escapa à vontade individual ou social. Entendemos que esse escapar relacionado ao individual ocorre porque, por exemplo, a compreensão tanto do professor como dos alunos não pode ser como aquele e estes querem e de qualquer jeito, pensando em termos de materialidade linguística, a qual impõe limites⁵, e, além disso, a compreensão entre alunos e entre alunos e professor pode não coincidir, o que aponta para essa questão do escapar. Compreendemos que o escapar ao social se dá porque as interpretações cristalizadas não vão impedir outras interpretações. Nesse sentido, a questão do escapar ao individual e ao social é um resultado do fato de haver subjetividade e real da língua envolvidos, conforme procuramos mostrar na análise a seguir.

5. Gregório de Matos e Álvares de Azevedo: breve análise de dois poemas

A despeito de haver sentidos estabilizados/cristalizados no/pelo/para o estudo tradicional de Literatura, sentidos esses relacionados a determinações sócio-históricas, reconhecendo, a partir das pontuações de Pêcheux, a possibilidade de sentidos outros advirem da escuta ordinária das massas, propomos, a nosso ver, uma análise possível de dois versos de cada poema abaixo, mas procurando manter certa relação com toda a materialidade linguística dos poemas, a qual, sabemos, impõe limites.

Nessa perspectiva dos limites, responsabilizamo-nos por essa análise, como uma interpretação, ou seja, uma tomada de posição a partir do que a materialidade linguística em questão permite pensar. Essa tomada de posição, uma interpretação possível, pode apontar para a emergência de subjetividade. Essa emergência pode estar se manifestando desde a seleção dos versos escolhidos até as associações que são feitas sobre isso que, aqui, se nos coloca como alguns pontos de deriva, os quais são causados pelo fato de haver real da língua. E tais pontos podem vir a ser outros conforme sejam aqueles que interpretem tais textos, elucidando a consideração pecheuxtiana de que todo e qualquer enunciado é passível de vir a ser outro, segundo intentamos elucidar a partir de uma breve análise de dois poemas: um de Gregório de Matos (“Conselhos a qualquer tolo para parecer fidalgo, rico e discreto”) e outro de Álvares de Azevedo (“Dinheiro”).

⁵ Compreendemos que a própria materialidade linguística impõe limites e permite dizer das im-possibilidades de efeitos de sentido, ou seja, diferentes efeitos são possíveis, mas nem todos eles. Assim, não é qualquer coisa que vai entrar na relação associativa, já que tal relação depende, por exemplo, da cadeia sintagmática.

Soneto (Gregório de Matos)

Conselhos a qualquer tolo para parecer fidalgo, rico e discreto

Neste mundo é mais rico, o que mais rapa:
 Quem mais limpo se faz, tem mais carepa:
 Com sua língua ao nobre o vil decepa:
 O Velhaco maior sempre tem capa.

Mostra o patife da nobreza o mapa:
 Quem tem mão de agarrar, ligeiro trepa;
 Quem menos falar pode, mais increpa:
Quem dinheiro tiver, pode ser Papa.

A flor baixa se inculca por Tulipa;
 Bengala hoje na mão, ontem garlopa:
 Mais isento se mostra, o que mais chupa.

Para a tropa do trapo vazio a tripa,
 E mais não digo, porque a Musa topa
 Em apa, epa, ipa, opa, upa. (grifos nossos)

Dinheiro (Álvares de Azevedo)

Oh! argent! Avec toi on est beau, jeune, adoré; on a consideration, honneur, qualités, vertus. Quand on n'a point d'argent, on est dans la dépendance de toutes choses et de tout le monde. Chateaubriand

Sem ele não há cova! quem enterra

Assim grátis, a Deo? O batizado
 Também custa dinheiro. Quem namora
 Sem pagar as pratinhas ao Mercúrio?
 Demais, as Danáes também o adoram...
 Quem imprime seus versos, quem passeia,
 Quem sobe a deputado, até ministro,
 Quem é mesmo eleitor, embora sábio,
 Embora gênio, talentosa frente,
 Alma Romana, se não tem dinheiro?
Fora a canalha de vazios bolsos!
 O mundo é para todos... Certamente
 Assim o disse Deus, mas esse texto
 Explica-se melhor e d'outro modo...
 Houve um erro de imprensa no Evangelho:
 O mundo é um festim, concordo nisso,
Mas não entra ninguém sem ter as louras. (grifos nossos)

Os quatro versos que selecionamos para análise, conforme grifos acima, demonstram que são produtos de jogos feitos a partir das possibilidades das regras da língua. Por exemplo: no verso “para a tropa do trapo vazio a tripa”, entendemos que a expressão “a tropa do trapo

vazio” aponta para um referente humano e não para o tecido esfarrapado, enquanto o vocábulo “tripa” aponta para um referente relacionado a algo que sustenta, mas não propriamente para o intestino. Assim, aquela expressão e este vocábulo podem indicar um “homem que sustenta” alguma coisa, conforme procuramos abordar mais adiante. Desse modo, diríamos que esse verso é uma possibilidade permitida pela língua, um jogo com ela e nela, possibilidade essa que rompe com termos cristalizados socialmente, como é o caso de “tripa” associado a “intestino”.

Nesses versos, compreendemos ser possível tocar em não-ditos a partir daquilo que está dito, de modo que procuramos associar os versos selecionados do “Soneto” aos versos selecionados do “Dinheiro”. Assim, considerando o que é dito de um modo e em um determinado momento com o que é dito de outro modo e em um outro momento, associamos o verso “Quem dinheiro tiver, pode ser Papa” ao verso “Mas não entra ninguém sem ter as louras” e o verso “Para a tropa do trapo vazio a tripa” ao verso “Fora a canalha de vazios bolsos!”, visto que esses versos associados parecem apontar para não-ditos que se assemelham, aos quais podemos ter acesso em função do dito. Enquanto, na primeira associação, pensamos em não-ditos que sugerem a ideia de que quem tem dinheiro “tudo” pode fazer, inclusive ser “Papa”, na segunda associação, pensamos em não-ditos que sugerem a ideia de que quem não tem dinheiro “nada” pode fazer, posto que é um “trapo vazio” com “vazios bolsos”.

No que diz respeito a possíveis interpretações para tais versos, interpretações essas que podem apontar para a emergência de subjetividade, procuramos empreender uma análise pautada nos efeitos de sentido a partir daquilo que conseguimos aventar como pontos de deriva possíveis. Dessa maneira, organizamos nossa análise do seguinte modo: trazemos os dois versos que selecionamos de cada poema, relacionando-os à materialidade linguística em questão, ou seja, os dois versos do poema de Gregório de Matos com a respectiva materialidade, fazendo o mesmo com os dois versos do poema de Álvares de Azevedo.

No verso “Quem dinheiro tiver, pode ser Papa”, chama-nos a atenção a presença do vocábulo Papa, visto que, para ser Papa, dinheiro não seria suficiente, haja vista a existência de toda uma preparação para tal. No entanto, o verso, a partir do que estamos mobilizando como pontos de deriva possíveis, parece produzir efeitos de sentido que mostram um quadro diferente, segundo o qual bastaria dinheiro para ser Papa e a capacidade do dinheiro de minimizar a relevância de uma formação religiosa para ser Papa. Poderia ter emergido no lugar do vocábulo Papa o vocábulo rei, devido à própria relação dos termos no poema, mas o fato de este não ter aparecido deixa entrever talvez uma crítica ao clero, o qual seria subornável.

Já no verso “Para a tropa do trapo vazio a tripa”, interessa-nos pensar a expressão “a tropa do trapo vazio” associada ao vocábulo “tripa”, visto que tal associação sugere uma relação de sustento que o pobre daria àquele que “ligeiro trepa”, isto é, ao rico, pois, à medida que, para a tropa vai o trapo e a tripa, o rico se veste e se alimenta de luxo. Ademais, parece tratar-se também de uma relação de “transporte”, já que se pensarmos a tripa como aquilo que conduz o excremento, então o rico seria a própria “merda”, um efeito de sentido possível permitido por esse verso na relação com a materialidade linguística do poema.

Em relação aos outros dois versos do outro poema, analisamos o verso “Fora a canalha de vazios bolsos!” e o verso “Mas não entra ninguém sem ter as louras”. No primeiro verso, tecendo uma relação com a materialidade linguística, o vocábulo “canalha” parece apontar para o referente “pobre”, e canalha associado a quem é pobre, num tom irônico, a nosso ver, permite dizer que é o rico, que possui “as louras”, entendidas como moedas por sua cor dourada, dizendo que ali não cabe quem está com os “vazios bolsos”. A expressão “vazios bolsos” parece apontar para algo que é estável, no sentido de que não se está com os bolsos vazios num dado momento, mas os bolsos são vazios sempre, ou seja, o pobre representa os

“vazios bolsos”, não entrando nos lugares onde os ricos entram por serem por estes considerados como “a canalha”.

Essas interpretações foram possíveis devido ao fato de sempre haver restos causados pelo real da língua. E esses restos permitiram-nos certa análise sobre alguns pontos de deriva possíveis e, em decorrência, possíveis efeitos de sentido em função da subjetividade em jogo no ato interpretativo. É por isso que conseguimos compreender, por exemplo, que o pobre pode ser associado à “tripa” no poema de Gregório de Matos e à “canalha” no poema de Álvares de Azevedo.

6. Considerações finais

Em nenhum momento, estamos invalidando o estudo da Literatura que se apóia sobre as determinações sócio-históricas e que lida com sentidos e interpretações estabilizados/cristalizados, uma vez que compreendemos a importância de relacionar tais determinações à emergência de determinados textos e não outros, mas antes, estamos salientando a possibilidade de, paralelamente, fazer do trabalho com a Literatura um lugar de abertura à possibilidade de o aluno, como locutor, poder vir a ser sujeito mediante interpretações que se propõe a fazer. Nesse sentido, o professor, ao ouvir as interpretações dos alunos, poderá privilegiar, de certa forma, a emergência de subjetividade, o que significa não fechar a interpretação e dar margem ao surgimento de outras possibilidades interpretativas, isto é, outros efeitos de sentido possíveis. Essas possibilidades permitem-nos pensar em efeitos de sentido e não em sentido propriamente dito, haja vista que, conforme perspectiva teórica em que aqui nos embasamos, o sentido não está na palavra e é por isso que um texto não se fecha jamais discursivamente.

Nesse sentido, as interpretações possíveis que realizamos são um exemplo de que, segundo dizeres pecheuxianos, as interpretações estão para a ordem do indefinido. Por isso, assim como os versos poderiam ser interpretados como o fizemos, eles poderiam não manter essa relação se interpretados por outrem. Portanto, pensando nas interpretações aqui aventadas como possíveis, gostaríamos de dizer que existe, nesse processo interpretativo, uma responsabilização por elas. E essa responsabilização não se trata de uma tentativa ingênua de fechamento do sentido, mas do reconhecimento da existência de subjetividade, a qual é, de certa forma, permitida porque há restos causados pelo funcionamento do real da língua. Se não houvesse restos, como haveria a emergência de subjetividade?

7. Referências bibliográficas

AZEVEDO, Álvares de. Dinheiro. In: **Jornal da Poesia**. Disponível em: <[www.http://www.jornaldapoesia.com.br](http://www.jornaldapoesia.com.br)> Acesso em: 18 abr. 2012.

BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: **Problemas de lingüística geral I**. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2005. p. 284-293.

GADET, Françoise. Tricher la langue. In: PÊCHEUX, Michel & et. al. (orgs.). **Matérialités Discursives**. Lille: Press Universitaires de Lille, 1981. p. 117-126.

MATOS, Gregório de. Soneto. In: **Jornal da Poesia**. Disponível em: <[www.http://www.jornaldapoesia.com.br](http://www.jornaldapoesia.com.br)> Acesso em: 18 abr. 2012.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2008.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

WILLIAMS, Raymond. Literatura. In: **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 50-59.